

Programa Mínimo, tema central da AG de 7/11

Na sessão da Assembleia Geral (AG) da Adusp realizada em 31/10/13, no auditório da Escola de Aplicação da USP, o foco dos trabalhos teve como objeto avançar na construção do programa mínimo da entidade para a universidade (leia nesta página o quadro consolidado até aqui). Conforme deliberado na sessão de 15/10/2013, esse programa será apresentado a cada uma das chapas que concorrem à Reitoria, com a publicação das respostas no *Informativo Adusp*.

A discussão agregou novos itens ao Programa Mínimo em construção e deu encaminhamento às deliberações da sessão de

24/10, quanto à proposta de que a entidade promova um debate entre os candidatos, após a publicação de suas manifestações a respeito do Programa Mínimo.

No que diz respeito à postura da Adusp diante da consulta para reitor e vice-reitor(a) prevaleceu o entendimento de aguardar até a próxima sessão, marcada para 7/11/2013, para tomar-se uma decisão que considere a atitude adotada pela Reitoria quanto à solicitação encaminhada nos escritórios da Adusp de antecipação do calendário eleitoral no que se refere às datas da consulta e da eleição, de modo que ocorram antes do tér-

mino do semestre letivo, favorecendo uma maior participação da comunidade uspiana.

Foram dados informes a respeito da evolução das negociações da Reitoria com os estudantes, por decorrência da ocupação em curso no edifício central da administração (vide p. 5), e da suspensão da greve na EACH, diante das importantes conquistas do movimento (vide p. 3).

Em síntese, as deliberações tomadas foram:

- manter o estado de Assembleia Permanente;
- agendar nova sessão da Assembleia Permanente para 7/11/2013, às 17h, no auditório A1 do Instituto

de Geociências, que terá como principal ponto de pauta a discussão e deliberação do “Programa Mínimo da Adusp para a USP”;

- divulgar amplamente a proposta de Programa Mínimo em elaboração;
- convidar as quatro chapas que concorrem na eleição de reitor e vice-reitor(a) para um debate a realizar-se indicativamente em 19/11, após divulgação do Programa Mínimo;
- adotar como foco central do debate a “Democratização da USP”, sem prejuízo de questões formuladas pelo plenário referentes a outros temas.

Programa Mínimo da Adusp para a USP

I. Concepção e Financiamento da Universidade

- defesa da universidade pública, gratuita, e de qualidade socialmente referenciada, que se constitua como dever do Estado, não podendo ser considerada serviço ou mercadoria;
- ampliação da dotação orçamentária das universidades estaduais paulistas e do Centro Paula Souza;
- aperfeiçoamento da vinculação orçamentária legal (Lei Complementar que estabeleça percentual da arrecadação de impostos do Estado, incluídas as receitas advindas das transferências federais e de toda forma de compensação por perda da receita do governo estadual, bem como da dívida ativa);
- extinção das parcerias entre entidades privadas e a universidade pública que apresentem conflitos de interesse e ilegalidades administrativas;
- fim da cobrança de quaisquer cursos da USP;
- compromisso com a expansão do ensino superior público no Estado de São Paulo;
- defesa da responsabilidade do Estado para com a Educação

Básica de qualidade;

- discussão ampla sobre a inserção dos *campi* da USP nas cidades onde estão localizados, que contemple questões relacionadas com o acesso da população aos espaços da universidade e à mobilidade para chegar-se a eles;
- avaliação ampla do convênio da USP com a Polícia Militar.

II. Democratização da Universidade

- agenda de democratização efetiva da estrutura de poder da USP ao longo do ano de 2014, que inclua a convocação de uma Estatuinte exclusiva;
- eleições diretas para cargos executivos;
- estabelecimento de uma perspectiva de descentralização das decisões administrativas, orçamentárias e acadêmicas;
- democratização da elaboração do orçamento da USP;
- transparência na execução orçamentária;
- valorização dos Departamentos e instâncias correlatas no que concerne às políticas de natureza acadêmica, científica e de avaliação do trabalho docente;
- devida compatibilização das

normas da USP com o ordenamento constitucional e infraconstitucional vigente;

- criação de um Conselho Fiscal, que viabilize com agilidade a fiscalização do destino dos recursos na USP;
- encaminhamento das propostas de políticas afirmativas que efetivamente respondam às dívidas sociais históricas;
- instituição de um Conselho Social permanente, que cumpra o papel de interlocução com a sociedade;
- estabelecimento de mecanismos democráticos para eventuais afastamentos de chefes de Departamentos, diretores de Unidades, pró-reitores e reitor.

III. Condições de Trabalho Acadêmico

- avaliação qualitativa e global do trabalho docente, no âmbito das unidades, que contemple a análise de seus diversos aspectos: ensino, pesquisa, extensão e engajamento institucional;
- rediscussão ampla da estrutura da carreira docente, com as seguintes possibilidades de detalhamento:
 - a) fim da centralização da ava-

liação externa às unidades;

- b) cancelamento da mudança que introduziu os níveis horizontais;
 - c) reavaliação do nível em que a carreira deve se iniciar (MS1, MS2 ou MS3);
- criação de mecanismos internos à universidade para financiamento da pesquisa, não vinculados aos das agências de fomento, que tenham caráter distributivo e cujo julgamento seja feito com base em critérios próprios;
 - financiamento adequado da permanência estudantil, que contemple toda a demanda qualificada, visando à diminuição da evasão e do tempo de conclusão dos cursos, incluindo a elaboração de um programa para moradia estudantil;
 - extinção do processo de terceirização;
 - fim dos contratos precários;
 - enfrentamento das questões relativas ao atendimento de saúde.

IV. Relação com Movimentos e Entidades

- reconhecimento e interlocução com entidades e movimentos da USP.

São Paulo, 31 de outubro de 2013
Assembleia Geral da Adusp

Assembleia Geral, 7/11, 5ªf, 17h, Aud. A1 da Geociências

Messias aposta na internacionalização da USP, Nogueira em ajustes e equilíbrio financeiro

As “Conversas com Candidatos a Reitor”, realizadas de modo conjunto por quatro unidades (Instituto Oceanográfico, Instituto de Geociências, Instituto de Matemática e Estatística e Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas), prosseguiram nos dias 22/10 e 24/10, quando expuseram seus programas, respectivamente, Wanderley Messias da Costa (chapa 4, “Mantendo o Rumo”, com Suely Vilela), e Hélio Nogueira da Cruz (chapa 1, “Diversidade e Excelência”, com Telma Zorn).

W. Messias. “Ampliar o apoio institucional e material aos grupos de pesquisas e programas de pós-graduação e aprofundar a internacionalização da universidade”; “manter e aperfeiçoar a política de valorização dos recursos humanos, com ênfase nas carreiras de docentes e funcionários”; “concentrar esforços em inovação da gestão acadêmica e administrativa, e promover a descentralização da tomada de decisões”. São estas as prioridades de gestão elencadas pelo professor Wanderley Messias, que vinha exercendo o cargo de superintendente de Assuntos Institucionais da USP, do qual se afastou para disputar a eleição.

Ele se propôs a melhorar o ensino da graduação por meio de “reformas curriculares que flexibilizem o currículo e aumentem a quantidade de disciplinas eletivas”, bem como de “parcerias com cursos similares das top 20 [sic] universidades do mundo”. Na linha de continuidade da gestão de J. G. Rodas, Messias anunciou que pretende consolidar o programa “USP Internacional, com seus escritórios nos quatro continentes”, além de ampliar a cooperação com universidades estrangeiras.

O professor se disse favorável à presença da Polícia Militar nos *campi*, por considerar que se trata de uma “demanda da maioria da comunidade Universitária”.

Messias manifestou-se contra eleições diretas de reitor(a), mas apoiou um “sistema eleitoral que propicie a ampla participação da comunidade universitária”. Ele disse considerar o sistema recém-aprovado pelo Conselho Universitário (Co) “um avanço considerável nesse sentido e [que] pode ser aperfeiçoado no futuro”.

O professor declarou-se a favor da expansão do número de vagas, desde que “com planejamento que considere as demandas qualificadas, as mudanças nos mercados de trabalho e a evolução científica e tecnológica”, bem como “os cenários da arrecadação de impostos e do nosso orçamento”. A expansão pode se dar por ampliação da oferta de vagas em “cursos semi-presenciais em algumas áreas de conhecimento”.

H. Nogueira. O professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) e vice-reitor afastado des-

tacou, no seu plano de gestão, seu compromisso de “apoio à expansão criteriosa de todas as atividades-fim (ensino, pesquisa, extensão)”, visando “a compatibilização da excelência acadêmica com a inclusão social”. “A ênfase na valorização da graduação, centro da Universidade, manifesta-se, inclusive, no fato de a pró-reitora de Graduação compor a nossa chapa”.

Nogueira enfatizou a busca de entendimento e da democratização, propondo o debate e a implementação da reforma da estrutura de poder. “A promoção da diversidade social no seio da Universidade, o fortalecimento de todas as áreas de conhecimento e o avanço na descentralização tornarão a Universidade mais rica e efetiva”, disse. Advertiu, contudo: para que a USP alcance estes resultados de forma segura, “é indispensável o restabelecimento do equilíbrio financeiro”, o qual por sua vez implica “implementar um planejamento rigoroso e democrático”.

Ele reiterou a preocupação com o fato de que “a Universidade está avançando rapidamente sobre suas reservas financeiras e

se continuarmos nesse ritmo, iremos esgotá-las em poucos anos”. Expressou que “essa situação de insegurança pode ser revertida se forem adotados ajustes financeiros, que não prejudiquem de forma alguma a expansão nas atividades-fim da Universidade nem as conquistas salariais recentes”.

Segundo Nogueira, os dados demonstram que, mesmo com o necessário ajuste financeiro, “existe espaço para um crescimento criterioso da Universidade perfeitamente compatível com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que foi construído após ser amplamente discutido a partir das manifestações das unidades”.

Quanto à reforma do Estatuto, ele reafirmou o compromisso — assumido publicamente antes de o Co pautar sua discussão para a primeira sessão de 2014 — de colocar em debate pontos que mereçam ser revistos, entre os quais apontou o fortalecimento das Unidades e colegiados e a eleição de seus dirigentes.

O programa de gestão das quatro chapas está disponível no site da Secretaria Geral da USP (<http://goo.gl/T9Wcrd>).

Candidato José Roberto Cardoso visita a Adusp

O professor José Roberto Cardoso, que compõe com o professor José Francini Ramires uma das chapas que disputam o atual processo eleitoral da USP, como candidatos a reitor e vice-reitor, visitou a sede provisória da Adusp na tarde de 25/10, para conversar sobre sua candidatura. Ele foi recebido pelos professores Ciro Correia e César Minto, presidente e vice-presidente da Adusp.

Após dizer que considera importante que exista sempre interlocução com as entidades representativas de docentes, funcionários e estudantes, o professor Cardoso destacou que sua candidatura se coloca de modo autônomo, em relação à atual administração, e manifestou a preocupação da sua chapa no sentido de que seja aprimorado o modo como a Reitoria se relaciona com as diferentes ins-

tâncias administrativas. Frisou que a próxima gestão deverá prestar maior atenção a áreas que considera não terem tido a merecida prioridade na gestão atual, citando o caso das atividades de graduação.

Os diretores da Adusp destacaram que essa questão figura entre os vários problemas que a instituição tem enfrentado, em função de esquivar-se de analisar criticamente as políticas às quais tem sido submetidas por vias externas, como por exemplo, através das agências de fomento, deixando de assumir o papel propositivo que lhe caberia no âmbito de políticas públicas para que seja estabelecido o devido equilíbrio quanto ao financiamento do ensino e da pesquisa no país.

Além disso, foram abordados outros tópicos de um programa

mínimo da Adusp para a USP, como a necessidade de revisão da carreira; a transparência na elaboração do orçamento e no acompanhamento da execução orçamentária, com destaque para a necessidade de incluir também as reservas financeiras; os problemas advindos do relacionamento com entidades privadas, que interferem na administração; o modo como a universidade se relaciona com os demais segmentos e instituições sociais; e a necessidade de ampliar o financiamento da educação pública, considerados os níveis absurdos de evasão fiscal e a perspectiva de pautar a construção efetiva de um sistema público de educação superior no Estado.

O visitante destacou que o detalhamento das propostas de sua chapa pode ser encontrado em www.professorcardoso.com.br

Atenção!

Audiência Pública na Alesp explicita consequências preocupantes da crescente mercantilização do Ensino Superior no país (leia em <http://goo.gl/MEcyup>)

Marcada por conquistas, greve na EACH é suspensa. Cetesb multa USP em R\$ 96 mil

Adusp solicita à Reitoria que apure responsabilidades do próprio reitor, de diretor, vice e outros dirigentes, por desmandos e improbidade administrativa

Depois de 50 dias, chegou ao fim em 30/10 a greve conjunta de docentes, estudantes e funcionários da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH-USP), deflagrada em 10/9 contra os riscos ambientais existentes na unidade e o autoritarismo da direção. O movimento, apoiado integralmente pela Adusp, obteve importantes conquistas, negociadas com a administração da universidade: deslegitimação da atual direção e consulta democrática para eleger a nova direção; criação, por meio de portarias publicadas no *Diário Oficial do Estado* em 30/10, de Comissão Ambiental e Grupo Técnico paritários; acesso e divulgação de toda a documentação referente às questões ambientais da EACH (vide quadro nesta página).

O movimento ganhou grande visibilidade, por meio de manifestações que não se limitaram à USP Leste, mas ocorreram também no *campus* Butantã e na As-

sembleia Legislativa (Alesp), que realizou duas audiências públicas sobre a questão. Na audiência de 29/10, convocada conjuntamente pelas comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Educação e Cultura da Alesp, o presidente da Companhia Tecnológica de Saneamento Ambiental (Cetesb), Otávio Okano, revelou que impetrou queixa-crime contra a USP por uso ilegal do logotipo da Cetesb, quando da colocação pela Superintendência do Espaço Físico (SEF), no início de setembro, “da malfadada placa expondo contaminação do *campus*”. A companhia não foi consultada sobre a colocação das placas e não sabia da existência delas, disse Okano.

Na ocasião, o presidente da Cetesb anunciou, ainda, que como a USP “não cumpriu as exigências do auto de infração, então agora cabe uma multa... a ser aplicada em breve”. No dia 31/10, efetivamente, a

companhia multou a universidade em R\$ 96.869,35 (valor equivalente a 5.001 unidades fiscais do Estado de São Paulo, ou Ufesp). A Cetesb considerou muito dilatado o cronograma de aplicação de medidas corretivas apresentado pela empresa Servmar, a quem a USP delegou a gestão dos problemas ambientais da EACH.

Okano afirmou na audiência que “desde 2004”, ou seja, antes mesmo da inauguração da USP-Leste, “a Cetesb vem trabalhando para que a USP faça uma reabilitação” da área. Citou que a Universidade deixou de cumprir as exigências previstas em três su-

cessivos autos de infração.

Ausências. Como na primeira ocasião (25/9), apesar de convocado, o reitor da Universidade, J. G. Rodas, não compareceu, nem enviou representante ou justificativa. Também foram emblemáticas as ausências do diretor licenciado da EACH, Jorge Boueri, e do diretor interino, o vice-diretor Edson Leite (ambos foram destituídos pela comunidade na reunião aberta da Congregação em 11/9, mas continuam oficialmente em seus cargos, porque o reitor alega não dispor de meios legais para substituí-los).

Outro que faltou foi Antonio Massola, titular da SEF, também convidado para a audiência, mas que enviou o arquiteto Rogério Bessa como seu representante. Os deputados Beto Tricoli (PV), presidente da Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento

Sustentável, e João Paulo Rillo (PT), presidente da Comissão de Educação e Cultura, coordenaram os trabalhos. Também compuseram a mesa e pronunciaram-se como representantes da comunidade da EACH Ernandes Silva, funcionário, Julia Mafra, estudante, e Elizabete Franco Cruz, docente. Seis deputados acompanharam a audiência no plenário: Carlos Neder, Marcos Martins, Adriano Diogo (todos do PT), Célia Leão (PSDB), Ed Thomas (PSB), Alcides Amazonas (PCdoB).

Bessa fez uma exposição de caráter técnico, o que foi alvo de críticas durante a audiência. Ele retomou a história da construção dos prédios da EACH e lembrou do primeiro momento em que técnicos desconfiaram da presença de gás metano no subsolo, “quando aconteceu um *flash* em decorrên-

sentante da Adusp, e os deputados Neder, Amazonas e Diogo endossaram a opinião da estudante. “O depósito [de terras] que foi feito na EACH em 2011 é crime e os responsáveis têm que ser punidos exemplarmente dentro e fora da Universidade. Essa é uma questão que a Alesp precisa nos ajudar a cuidar”, disse Miraglia.

Diogo protestou contra o fato de a Servmar representar a USP. “Que negócio é esse de empresa privada falar em nome de instituição pública? Com todo respeito aos profissionais [da Servmar], mas empresa não é parte do aparato público”. Também chamou atenção para as responsabilidades políticas que o caso envolve: “Será que eu preciso dizer que foi o governador Geraldo Alckmin que inaugurou a EACH em 2005?”

Ao final, deputados propuseram que um grupo de representantes das duas comissões ficasse responsável por acompanhar e investigar o caso EACH. Rillo encerrou: “As comissões vão tratar, no âmbito de cada uma, dos assuntos que foram levantados. Cada comissão levará propostas sobre o tema a serem discutidas em subgrupos. Os deputados estarão abertos para fazer encaminhamentos de qualquer tipo de problema”.

Agentes públicos. A Adusp protocolou na Reitoria, em 31/10, seu ofício 46/2013, no qual requer a apuração de responsabilidades de todos os agentes públicos da USP presumivelmente envolvidos, por ação ou omissão, nos crimes ambientais cometidos na EACH e nos atos de improbidade administrativa a eles relacionados. São eles o diretor e o vice-diretor da unidade; os membros da Comissão Ambiental criada por portaria de 21/2/2011 para tratar dos assuntos da EACH; os membros da Comissão Sindicante encarregada de conduzir a Sindicância 2012.1.374.1.0 e os procuradores da universidade que avalizaram suas conclusões; e, por fim, o reitor J. G. Rodas.

Reivindicações	Conquistas
Tornar seguro o local de trabalho e estudo. Participação da comunidade da EACH na gestão ambiental	Portarias GR-6.388 e GR-6.389, ambas de 29/10, que criaram, respectivamente, a Comissão Ambiental da EACH e o Grupo de Trabalho Técnico, paritários. Compromisso de assinatura de novo Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). Realização de medições
Acesso a toda a documentação relativa às questões ambientais da unidade	Acesso e socialização das informações. Realização do “I Seminário por uma EACH saudável” e publicação de um caderno de resumos
Afastamento da Direção da EACH (diretor e vice-diretor)	Deslegitimação da direção. Consulta paritária para eleger a nova Direção aceita pela Reitoria, como atesta Portaria já publicada. Reitor assume compromisso de nomear candidato ou candidata que vencer a consulta
Processo administrativo para apuração das responsabilidades	Adusp tomou as providências cabíveis: Ofício 46/2013 e eventual ação judicial contra Reitoria e dirigentes, por improbidade administrativa

cia da soldagem de um dos tubulões da obra de construção dos prédios”. Segundo Bessa, o edifício Laranjinha, onde funcionou o antigo refeitório, foi o único prédio em que se encontrou gás sob a laje: “Esse é um edifício fadado à demolição”. A SEF, revelou ele, estabeleceu que a partir de agora os prédios da EACH serão erguidos em pilotis. “Serão edifícios suspensos, para evitar o confinamento de gás”.

Transparência. Os membros do movimento da EACH que compuseram a mesa da audiência ressaltaram que o debate do tema não deveria ficar restrito a questões técnicas. “O reitor deveria estar aqui para ouvir as nossas reivindicações... Temos problemas sérios de transparência nesse caso, que pede a revisão estatutária da USP”, disse Júlia Mafra. O professor Francisco Miraglia, repre-

Reitoria nega que pretenda deslocar sede do NCN, isolada por tapumes

Nota da Reitoria, divulgada em 25/10 no portal Sala de Imprensa (<http://goo.gl/aW3kKt>), afirma que “as obras em curso na área dos antigos barracões, na Cidade Universitária ‘Armando Salles de Oliveira’, não afetarão a continuidade de utilização do espaço ora em uso pelo citado Núcleo [de Consciência Negra]”. A posição foi reiterada por representantes da Reitoria em reunião entre as comissões para a negociação de greve, realizada em 31/10. Entretanto, coordenadores do NCN relatam que, em 24/10, funcionários que trabalham nas obras tentaram bloquear com tapumes uma das entradas da entidade.

“Um das pessoas foram avisando para outras [sobre o cercamento] e muitas foram até o NCN impedir a mudança de lugar do tapume, que iria fechar uma das portas. No sábado [27/10], fizemos uma reunião com várias pessoas da USP e de fora dela, de entidades ou não, para pensar em ações para proteger o NCN”, conta Valéria Couto da Silva, estudante da Faculdade de Educação Física e coordenadora do NCN.

A nota da Reitoria acrescenta que “no boletim *USP Destaques* 50, de 20/01/12, o reitor da USP declarou que não há intenção de

transferir o Núcleo de Consciência Negra do local onde se encontra atualmente”. Mais uma vez a afirmação é contestada por membros do NCN. Apesar de garantir a permanência do Núcleo no *campus*, a administração da Universidade há tempos vem hostilizando a entidade.

“Faz mais de três semanas que estamos sem telefone. No mês passado, enviamos um ofício [à Reitoria] pedindo a reparação dos buracos no entorno da sede. Afinal, todos os que passavam por ali corriam o risco de sofrer algum acidente”, diz Valéria. O pedido foi atendido.

Reconhecimento. Considerando o caráter social, cultural e político do NCN, o *Informativo Adusp* questionou o posicionamento da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária (PRCEU) sobre o assunto. Segundo José Ricardo Ayres, pró-reitor adjunto de Extensão Universitária, desde o início da atual gestão a PRCEU reconhece a importância do NCN e a precariedade de suas instalações e condições de atuação.

“Nesse sentido, iniciamos conversas com a direção do Núcleo ... Começamos a trabalhar juntos no sentido de formalizar o NCN como



Vista lateral da sede do NCN

um NACE (Núcleo de Apoio à Cultura e Extensão) ... Este processo está já em adiantado curso”, afirma.

Além da institucionalização, para Ayres, é urgente resolver a questão do espaço físico. “Já temos endossado as reivindicações do NCN de garantias mínimas de segurança para o seu funcionamento na sede atual (como limpeza de calhas, reparo de linha telefônica, limpeza, iluminação) e reiteramos nossa disponibilidade ao NCN, à Reitoria e à SEF de ajudar a encontrar uma solução definitiva para a instalação do NCN no *campus*”.

“Meu sonho é que, em tempo breve, o NCN venha se somar às iniciativas que compõem o Núcleo

dos Direitos da Pró-Reitoria”, diz. “O histórico do trabalho de inclusão da população negra e de luta contra as desigualdades já fazem dele um valioso patrimônio da USP”, completa.

Resistência. Para divulgar a situação do NCN e celebrar o mês em que se comemora o Dia da Consciência Negra (20 de novembro), a coordenação da entidade, junto a outros coletivos da Universidade, dentre eles o recém criado Coletivo de Estudantes Negros da USP, realizará diversas atividades durante este mês. A programação completa pode ser conferida em <http://goo.gl/qB3RRn>.

continuação da página 3

O ofício requer a “instauração, no prazo máximo de cinco dias, de processo administrativo disciplinar para apuração de atos de improbidade administrativa cometidos pelos professores José Jorge Boueri Filho e Edson Roberto Leite, respectivamente, diretor e vice-diretor da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH-USP), e, para tanto, sejam os mesmos, no mesmo ato, liminarmente afastados de suas funções”, a fim de que sejam apuradas as responsabilidades de ambos “no tocante à movimentação de terra de origem desconhecida no *campus* USP Leste”, em 2011.

A Adusp pede também a “apurção das responsabilidades administrativas dos professores Celso de Barros Gomes, Antônio Marcos de Aguirra Massola, Wellington Braz Carvalho Delitti e Wanderley Messias da Costa, todos membros da Comissão Ambiental nomeada por esta Reitoria para analisar a questão ambiental no *campus* da

USP Leste”, para apurar se “deixaram de adotar e acompanhar efetivamente as medidas adequadas à segurança da comunidade local tão logo tomaram conhecimento da transposição de terra de proveniência não sabida e eventualmente contaminada para o *campus* USP Leste, bem como em relação à instauração de apuração da responsabilidade dos agentes públicos responsáveis pelo grave fato”.

Irregularidades. Pede igualmente que seja apurada a conduta dos professores José Antônio Visintin, Wilson Roberto Soares Mattos e Waldenyr Caldas, membros da Comissão Sindicante designada em 21/12/2011, “em razão do parecer inconclusivo da sindicância uma vez que, claramente, não foram diligenciadas as providências necessárias para a fiel apuração dos fatos lá ocorridos, e que culminou por não apontar nenhuma responsabilidade a qual-

quer agente público, mesmo diante das irregularidades públicas e notórias lá cometidas”. Faz o mesmo em relação aos procuradores Marcelo Buczek Bittar, à procuradora chefe Ana Maria Cancoro e ao procurador geral da USP Gustavo Monaco, por “omitirem-se em apontar a irregularidade patente entre o objeto da instauração da sindicância e a conclusão alcançada pela referida Comissão”.

Finalmente, requer “seja encaminhado, de ofício, o presente pedido ao Governador do Estado de São Paulo, para que, por meio de ato formal adequado, seja apurada a responsabilidade administrativa do máximo mandatário desta Universidade, o reitor João Grandino Rodas, por acatar as conclusões havidas na citada sindicância eivada de evidentes vícios formais, bem como omitir-se na tomada das providências administrativas cabíveis, e não diligenciar de modo a compulso as responsabilidades dos

agentes públicos envolvidos”.

A Adusp recomenda, no ofício, “que a Comissão Processante do processo administrativo disciplinar que ora se pleiteia a instauração leve, oportunamente, ao conhecimento do Ministério Público e do Tribunal de Contas a sua existência, em atendimento ao que prevê o artigo 15 da Lei 8.429/1992”; e que, uma vez instaurado o devido processo administrativo, “deverá ser dado imediato conhecimento a esta requerente, no prazo imprerível de cinco dias, nos termos do artigo 32, VIII da Lei estadual 10.177/1998, que, vencido, será tido por denegado o presente requerimento”. Caso a Reitoria não responda nesse prazo, recuse-se a instaurar o processo administrativo, ou deixe de afastar imediatamente o diretor e o vice-diretor da EACH, a diretoria da Adusp, em sintonia com o movimento da EACH, já decidiu que impetrará ação judicial contra a USP.

A negociação entre Reitoria e movimento estudantil

Fruto de mobilização e coesão do movimento estudantil, a Reitoria da USP baixou, em 16/10/2013, portaria instituindo comissão de interlocução com os estudantes, sob a presidência da chefia de gabinete. Por sua vez, a assembleia dos estudantes, além de indicar os seus representantes na mesa de negociação, incluiu, como observadores, um representante da Adusp e um do Sintusp.

A negociação entre as partes constou, até o momento, de quatro rodadas, realizadas nos dias 21, 23, 29 e 31/10, todas na sede do Cruesp, na rua Itapeva. Após esclarecimentos, ajustes no encaminhamento dos trabalhos e levando em conta as decisões das assembleias estu-

dantis, o DCE protocolou, logo após a reunião de 29/10, uma proposta de acordo (ver <http://goo.gl/PNV4oj>), com os seguintes eixos: democracia na USP; permanência estudantil e não punição de estudantes e funcionários; organização da reposição do período letivo – sem cancelamento do semestre; a questão dos espaços estudantis, do Núcleo de Consciência Negra e do Sintusp; e a constituição de uma comissão permanente de negociação entre estudantes e a administração da universidade.

A resposta da comissão indicada pela portaria do reitor veio na reunião de 31/10, que durou cerca de seis horas (ver contra-proposta da Reitoria em <http://goo.gl/yjuyLf>).

Avanços. Há avanços significativos na contra-proposta dessa comissão: compromisso no que se refere a propor a instalação de uma Estatuinte livre, autônoma e democrática; suporte à realização de um Congresso de professores, estudantes e funcionários para prepará-la; aceitação de reivindicações de permanência estudantil, com a transformação dos blocos K e L, hoje ocupados pela administração, em moradia estudantil; devolução dos espaços do DCE e APG; reajuste do valor das bolsas pelo índice do Cruesp; compromisso com a ampliação da frota de circulares, tanto internos quanto de ligação com a estação do metrô; constituição de uma comissão permanente de diálogo e

negociação entre a Universidade e os estudantes, com reuniões periódicas; entre outros pontos.

No entanto, há ainda aspectos importantes a avançar, sendo o principal deles a garantia de não punição de integrantes do movimento, a reintegração dos três estudantes “eliminados” por portaria do reitor e o fim dos processos administrativos contra estudantes e funcionários.

A assembleia dos estudantes de 31/10, realizada no vão livre do prédio da História, decidiu pela continuidade da greve e da ocupação da administração, tendo como um dos eixos fundamentais a garantia de não punição e não criminalização do movimento.

Professor Hirata esclarece

A propósito do texto intitulado “Desde 2011 a Reitoria sabe da conduta comprometedor do diretor Boueri ao permitir aterro ilegal na USP Leste” (*Informativo Adusp 371*), o professor Ricardo Hirata (IGc) entrou em contato para esclarecer episódio ali citado.

O trecho que ele contesta é o seguinte: “Disse mais a diretora do DAIA/Cetesb: ‘Determinou então que seja feita avaliação de características da terra ... Se não for adequada caberá à USP retirá-la de lá’. Em resposta, Ricardo Hirata ... informou que a avaliação não seria feita pela USP e sim por empresa contratada, sendo necessária a dispensa de licitação e contratação por emergencialidade”.

Na mensagem à Adusp, o professor Hirata informa que não estava presente, não participou dessa reunião, tendo sido apenas citado por participantes. Além disso, ele teria se limitado a sugerir, em reunião anterior, que a análise não fosse realizada em laboratórios da própria USP, “pois, como somos a parte interessada no assunto, seria interessante contratar o serviço fora”. A afirmação a respeito do estado de emergência e licitação é de autoria do procurador geral da USP, Gustavo Monaco, “não minha”.

Adusp comparece à audiência pública da LOA 2014

No dia 29/10, a Comissão de Finanças e Orçamento da Assembleia Legislativa (Alesp), presidida pelo deputado Mauro Bragatto (PSDB), realizou mais uma audiência pública da Lei Orçamentária Anual, a LOA 2014. O professor César Minto representou a Adusp e o Fórum das Seis e reiterou suas propostas históricas, lembrando que as universidades públicas estaduais têm sobrevivido com o repasse de 9,57% da cota-parte estadual do ICMS desde 1995.

“As três universidades estaduais respondem, pelo menos, por metade da produção científica nacional”, explicou o vice-presidente da Adusp. Ele mostrou que, embora venha ocorrendo uma ampliação de diversos indicadores (aumento do número de vagas e de cursos de graduação e pós-graduação, por exemplo), cresceu muito pouco o número total de docentes da USP, Unesp e Unicamp (nesta última, chegou a decrescer).

“Precisamos de mais recursos para garantir qualidade”, sustentou, acrescentando que em São Paulo o sistema público responde por cerca de 10% das matrículas no ensino superior. O professor criticou o fato de não haver audiência pública para a Lei de Diretrizes Orçamen-

tárias (LDO), cuja elaboração precede e define as prioridades da LOA. Ademais, citou o fato de o relator dizer que o assunto LDO ele discutia apenas com o governo do Estado.

Além dos deputados, puderam manifestar-se na audiência pública vinte pessoas previamente inscritas, na sua maioria representantes do funcionalismo ou de movimentos sociais. Muitos oradores falaram em nome de entidades sindicais, como as ligadas à educação, à saúde, ao Instituto de Terras (Itesp). Uma reivindicação consensual foi a de que o Estado financie o Iamspe e o Hospital dos Servidores, fazendo a contrapartida dos 2% descontados do salário dos funcionários.

Quilombolas. Angelo Agostini, do SindSaúde, mostrou que os salários dos funcionários do setor são muito inferiores aos oferecidos pelo mercado, sendo necessária uma revisão salarial, bem como maior número de concursos públicos e garantia de data-base, para que a Saúde não fique desfalcada de recursos humanos. “Não queremos fazer greve todo ano. Basta o Planejamento colocar no Orçamento a previsão do reajuste”, disse. Também pediu reajuste do vale-refeição, citando que, na

própria lanchonete da Alesp, ao comprar um suco e uma água, pagou R\$ 8,20, valor superior ao do vale, de R\$ 8,00.

Lincoln Rogério, da Aftesp, disse que o Itesp tem orçamento de apenas R\$ 70 milhões, que “mal dá para o custeio do órgão”, responsável por mais de 140 assentamentos de trabalhadores rurais. “Nossa defasagem salarial é de 39%, uma vergonha”, declarou. “Não houve assentamentos em terras devolutas neste ano. Os quilombolas, que têm áreas tituladas há décadas, estão abandonados”, denunciou. Ele pediu um acréscimo de R\$ 20 milhões à verba orçada para o Itesp.

Fábio Siqueira, do “Movimento de Resistência e Apoio ao Orçamento Participativo”, criticou a fusão que o governo estadual pretende fazer, que reuniria numa única estrutura a Fundação do Desenvolvimento Administrativo (Fundap), Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) e o Centro de Estudos e Pesquisa de Administração Municipal (Cepam).

A audiência não sinalizou possibilidades efetivas de mudança, no sentido de contemplar as reivindicações apresentadas pelo conjunto dos representantes das entidades e movimentos presentes ao evento.

Emocionante homenagem a Ana Rosa Kucinski

Por iniciativa da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”, com apoio da Adusp, foi realizada em 29/10, no Auditório Ana Rosa Kucinski do Instituto de Química (IQ-USP), uma emocionante homenagem à professora assassinada em 1974 pelo Exército e cujo corpo se encontra desde então desaparecido. Ana Rosa foi demitida pela Congregação do IQ, por “abandono de função”, em 1975, quase um ano e meio após a sua execução na “Casa da Morte” de Petrópolis (RJ).

A homenagem ocorreu durante audiência pública, que abordou também os casos de Wilson Silva, marido de Ana Rosa, e Issami Okano. Todos os três militavam na Ação Libertadora Nacional (ALN). Silva e Okano (que foi aluno do IQ) também foram capturados em 1974 e encontram-se desaparecidos desde então. O ex-delegado Cláudio Guerra declarou no seu livro *Memórias de uma Guerra Suja* (2012) ter transportado e incinerado os corpos de Ana Rosa e de Silva.

Estiveram presentes o professor aposentado Bernardo Kucinski (ECA-USP), irmão de Ana Rosa; a professora Vera Paiva (IP-USP), filha do ex-deputado federal Rubens Paiva (desaparecido desde 1971); Rosa Cardoso e Maria Rita Kehl, integrantes da Comissão Nacional da Verdade; professores e estudantes de diversas unidades.

“A assessoria jurídica da USP teve a ousadia de produzir um parecer de quase 100 páginas em que admitia finalmente que devia rever a demissão da minha irmã, mas justificava a decisão anterior. A USP não reconhece o seu grau de convivência com a repressão”, disse Bernardo, lembrando, para exemplificar, que durante a Ditadura, na Faculdade de Medicina, “colegas entregaram catedráticos e professores para os órgãos de repressão”.

Extermínio. Rosa Cardoso reafirmou a necessidade de aplica-

ção da justiça para casos como o de Ana Rosa: “O desaparecimento é a forma mais dolorosa, para os familiares das vítimas, das violências cometidas pelo Estado. É uma prática muito concreta de terrorismo de Estado”. Ela acaba de regressar de viagem ao Chile, onde conheceu o campo de concentração e extermínio da Vila Grimaldi, local em que a ditadura militar chilena executou grande número de presos políticos. “Também no Brasil, embora de forma mais clandestina, menos visível do que na Argentina e no Chile, houve uma política de desaparecimentos, especialmente após o Ato Institucional nº 5 e a supressão do *habeas corpus*”.

A pedido do deputado Adriano Diogo (PT), presidente da comissão, manifestaram-se alguns amigos de Ana Rosa, seus contemporâneos no IQ como docentes ou estudantes: Mariana Araújo, Sérgio Massaro, Mansur Lufti e Shirley Schreier, que destacaram o gosto artístico da professora, sua alegria e vivacidade, bem como aspectos da luta que se travava dentro da USP contra o regime militar.

Shirley, professora aposentada do IQ, emocionou-se ao recordar uma passagem dolorosa: “Alguns dias antes do desaparecimento ela veio me procurar para conversar, e disse: ‘Você está ocupada, eu volto depois’. Mas não voltou. Depois tivemos várias reuniões [dos amigos], que eram um pesadelo, porque ela tinha falado que talvez precisasse fugir, e nós não sabíamos bem o que fazer”.

A Comissão da Verdade “Rubens Paiva” foi constituída pela Assembleia Legislativa. A Reitoria da USP foi convidada a comparecer a duas audiências sobre o caso Ana Rosa, ausentando-se em ambas, e limitou-se a enviar um despacho de julho de 1995, do então reitor Flávio Fava de Moraes, que anula a demissão, mas sem apurar responsabilidades.

Intolerável. O professor Fáb-



Fotos: Joaquim Duarte

Audiência Pública da Comissão da Verdade de SP, no IQ-USP



Professor Fábio Konder Comparato

bio Konder Comparato pediu que seja feito o possível “para que essa situação de horror institucional seja aberta ao público, e os responsáveis processados e condenados”. Sobre o que vem ocorrendo no Brasil, comentou: “Todos os governos deram mão forte aos militares criminosos e ao grande empresariado”.

Comparato enfatizou que, por decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos, “a Lei de Anistia brasileira é inválida e não pode ser aplicada”, no entanto os três poderes vêm descumprindo a sentença condenatória. O professor anunciou que sua proposta de impetrar ação por descumprimento de preceito fundamental (ADPF) contra o governo brasileiro será avaliada pela OAB em reunião a ser realizada em 26/11.



Professora Shirley Schreier

“É absolutamente intolerável que até hoje persista aquela marca da covardia e da indignidade do IQ, ao declarar Ana Rosa culpada de abandono de cargo, sabendo perfeitamente que isso não era verdade”, disse a professora aposentada Maria Victoria Benevides, da Faculdade de Educação. “A quantas anda a Comissão da Verdade da USP? Não sabemos. Não queremos nem Lei de Talião, nem perdão. Queremos justiça”.

Assembleia Geral da Adusp

7/11, 5ª feira, 17 horas, no Auditório A1 da Geociências

pauta: deliberação do programa mínimo da Adusp para a USP / avaliação do movimento